

LEI ORDINÁRIA N.º 921/2025, DE 25 DE JUNHO DE 2025.

EMENTA: Autoriza o Poder Executivo a efetuar repasse de recursos financeiros ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Alfredo Chaves/ES – SAAE, e dá outras providências.

O PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE ALFREDO CHAVES, Estado do Espírito Santo, faz saber que o PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL aprovou, e o CHEFE DO PODER EXECUTIVO sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar repasse de recursos financeiros em favor do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Alfredo Chaves, no valor de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais), destinado à manutenção de vias públicas decorrentes dos serviços públicos realizados referentes ao abastecimento de água e esgoto sanitários no Município de Alfredo Chaves.

Art. 2º Para efetivação do repasse financeiro de que trata o art. 1º, fica o Poder Executivo autorizado a realizá-lo através da conta de transferências intragovernamentais passivas, conforme classificação a seguir:

30000000 – Variação Patrimonial Diminutiva

350000000 - Transferências e Delegações Concedidas

351000000 – Transferências Intragovernamentais

351200000 - Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária

351220000 - Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária - Intra OFSS

351220100 – Transferências Financeiras Concedidas Independentes da Execução Orçamentária

351220199 – Outras Transferências Financeiras Concedidas Independentes da Execução Orçamentária

Valor: R\$ 96.000,00



Art. 3º Serão utilizados como fonte de recursos para cobertura financeira do repasse definido nesta Lei os recursos arrecadados diretamente pelo Município de Alfredo Chaves/ES e os provenientes de transferências constitucionais e legais da União e do Estado.

Art. 4º O SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Alfredo Chaves/ES fica obrigado a prestar contas dos recursos recebidos à Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves/ES, devendo esta ser ressarcida dos saldos eventualmente não aplicados.

Art. 5º O SAAE efetuará o registro contábil do repasse do recurso recebido por meio da conta de interferências ativas financeiras, conforme classificação a seguir:

40000000 - Variação Patrimonial Aumentativa

450000000 - Transferências e Delegações Recebidas

451000000 - Transferências Intragovernamentais

451200000 – Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária

451220000 - Transferências Recebidas Independentes da Execução Orcamentária - Intra OFSS

451220100 – Transferências Financeiras Recebidas Independentes da Execução Orçamentária

451220199 - Outras Transferências Financeiras Recebidas

Independentes da Execução Orçamentária

Valor: R\$ 96.000,00

Art. 6º Fica dispensada a apresentação de estimativa de impacto orçamentário-financeiro, nos termos do § 5º do art. 17 da Lei Complementar nº 101/2000, por se tratar de despesa classificada no grupo de "Transferências Intragovernamentais", a ser realizada com recursos ordinários do Município.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar necessário à realização da despesa de que trata esta Lei, nos termos dos arts. 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320/64.



Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Alfredo Chaves, (ES), 25 de junho de 2025.

HUGO LUIZ PICOLI MENEGHEL Prefeito Municipal